

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES

**AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS COMO INSTRUMENTO DE
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Aluna: Elisabete Luisa Candido

Orientadora: Simoni Vilant de Biasi

Curitiba, fevereiro de 2010.

AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Elisabete Luisa Candido

Orientadora: Simoni Vilant de Biasi

RESUMO

Neste trabalho, o objetivo é fazer uma reflexão sobre a gestão democrática da educação, priorizando a participação das instâncias colegiadas. Dessa forma, este trabalho busca discutir estas modalidades de participação como condições para a efetivação do processo democrático no espaço escolar.

Palavras-chave: Gestão democrática, Instâncias colegiadas, Participação, Comunidade escolar

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980 a gestão democrática e a participação da comunidade escolar têm sido objeto de debate pelos atores escolares, especialmente pelas políticas oficiais. Na Constituição Federal, no inciso IV do art.206, promulgada em dezembro de 1988, a gestão democrática aparece como um princípio de participação da comunidade nas decisões que diz respeito às ações escolares, ou seja, a participação como instrumento de democracia. Mais tarde ela na década de 1990 esse princípio foi reforçado com a criação da nova LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, que

estabelece em seu art. 3º, inciso VIII, que um dos princípios que deve reger o ensino é a gestão democrática.

A partir daí surge o desafio de construir a gestão democrática da escola, compartilhamento de responsabilidades na tomada de decisões por todos os segmentos da comunidade escolar, essa prática de gestão compartilhada. Então surgiram os desafios para a construção de uma gestão onde houvesse a participação dos sujeitos, ampliação do espaço de reflexão e de decisão.

Alguns dos espaços que favorecem a participação coletiva são as instâncias colegiadas, que, a partir da década de 1980, passaram a ser priorizadas no discurso sobre gestão democrática.

As instâncias colegiadas como espaços de participação a que nos referimos são: o Conselho Escolar, Conselho de classe, APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários e Grêmio Estudantil.

É sobre as instâncias colegiadas que este trabalho busca discutir estas modalidades de participação como condições para a efetivação do processo democrático no espaço escolar.

Nesse sentido este texto tem como objetivo discutir o significado da gestão democrática e compreender o papel das instâncias colegiadas e sua importância de estar próximo da gestão da escola.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/9394/96) que garante, entre outros, a gestão democrática na escola, a educação brasileira conquista o direito de, efetivamente, refletir a necessidade e a importância da participação consciente dos diretores, pais, alunos, professores e funcionários com relação às decisões a serem tomadas no cotidiano escolar, na busca de um compromisso coletivo com resultados educacionais mais significativos.

Nesse sentido, a participação de toda a comunidade (estudantes, mães, pais, funcionários, professores, pedagogos, direção, etc) na escola não é concessão, mas é uma pratica que expressa princípios, influenciando na qualidade da educação em defesa de uma sociedade não excludente.

Então vale a pena ressaltar a importância da presença ativa nas decisões, de consulta de intervenção garantindo que a gestão tenha caráter democrático e não autoritário e centralizador .

Veiga diz: (1995, p. 99)

a autonomia coloca na escola a responsabilidade de prestar contas do que faz ou deixa de fazer,sem repassar para outro setor essa tarefa e, ao aproximar escola e famílias,é capaz de permitir uma participação realmente efetiva da comunidade,o que caracteriza como uma categoria eminentemente democrática .

A abertura da escola à participação é elemento importante para dar sustentação a práticas comprometidas e conseqüentes e devem estar em permanente construção /reconstrução porque o tempo e lugar e o processo sofrem modificações.

Neste processo, podemos atingir objetivo como o de criar um ambiente de solidariedade e responsabilidades mútua, com justiça e firmeza nas situações do cotidiano escolar, de maneira que todos possam ser capazes de um ouvir o outro, dividindo tarefas, vivenciando conhecimentos e respeitando valores.

Segundo Aquino (1998, p. 157), a educação deve ser entendida basicamente, como a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimentos, julgamento e escolha para viver conscientemente em sociedade.

Democracia é então o respeito à diversidade, a liberdade, a igualdade, a transparência, solidariedade e a participação sendo indispensável para a compreensão e construção da gestão democrática onde todos possam falar das questões que lhe parecem pertinentes para melhorar o trabalho e a convivência escolar propiciando momentos de diálogos,negociações,encaminhamentos de soluções de conflitos cotidianos (AQUINO, 1998, p. 157).

Muitos obstáculos encontramos na pratica para fazer acontecer a participação das instancias, insatisfações, diferentes expectativas, porém é

necessário construir este processo de participação de todos segmentos planejando, acompanhando, avaliando .

As expectativas, conflitos podem ser discutidos e negociados em favor do coletivo de modo a compreender a escola, sua finalidade, sua organização do trabalho pedagógico.

Para Gadotti (2004, p. 67) a participação exige aprendizado, principalmente quando se trata de uma população - o que é nosso caso- que historicamente, tem sido alijada dos processos decisórios de seu país. E ainda, o processo de consulta e intervenção por parte dos usuários junto aos órgãos governamentais deve ser prática constante.

Por isso debates encontros, reuniões, discussões são importantíssimas para que ocorra a democratização da gestão escolar.

Segundo Freire (Ano, 91), é preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade .”

Se queremos uma escola transformadora, temos que transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola (PARO, 2005, p.10).

O PAPEL DO GESTOR

O papel do gestor nesta construção de gestão democrática é processo fundamental, visto que ele não é figura centralizada, mas ponto de ligação no processo decisório, inspirando confiança nos professores, pais, alunos, comunidade criando a cultura escolar orientada para o compartilhamento e a participação.

AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

As instâncias colegiadas são os espaços de representação dos segmentos da escola: discentes, docentes, pais e comunidade. É pela utilização desses espaços, fruto da conquista da própria comunidade, que a gestão democrática ganha força e pode transformar a realidade escolar. Isso depende, como já mencionamos, das relações que se estabelecem entre os segmentos e a direção da escola. Então definimos as Instâncias Colegiadas como:

as agremiações, entidades, associações criadas para discutir os problemas coletivos e ou questões do coletivo representando os diferentes setores do coletivo (pais, professores, alunos, comunidade, funcionários). "Assim, esse colegiado torna se não só um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola." (ANTUNES, 2002, p. 21).

As Instancias Colegiadas devem refletir e buscar soluções de conjunto, aprofundando a construção acerca da escola que queremos e de como construí-la.

Atualmente tem se discutido muito sobre as Instancias colegiadas e nesse contexto tem se debatido a importância da participação e os objetivos das mesmas. Esta falta de participação pode gerar uma gestão autoritária e a conseqüência não construção de uma gestão democrática. Para se implementar uma gestão democrática se faz necessário aproximar a comunidade do âmbito escolar criando fóruns de discussões, formação e reuniões com todos segmentos criando a tradição.

As Instancias Colegiadas não tem a tradição de discutir os problemas da escola, falta esta compreensão do quanto é importante o seu papel de estar próximo à escola discutindo e participando da gestão da escola. Esse problema pode estar ligado à falta de informação e de formação dos membros.

Antunes (2002, p. 24) afirma que:

é preciso ter clareza, no entanto, que o essencial é compreender que não é necessário que todos façam tudo, mas que todos decidam juntos com base na discussão coletiva praticando-a e vivenciando. Então esta aí o interesse em discutir a participação de todos os envolvidos no processo, participação esta que constrói a gestão democrática .

Para uma gestão democrática com a participação das instancias colegiadas, o responsável não é mais o diretor e ou gestor, é um grupo social que compõem as pessoas eleitas para o conselho escolar, o grêmio estudantil.

Muito se tem debatido sobre a participação da comunidade (em jornais, revistas, órgãos públicos, televisão) como o compartilhamento de responsabilidades na tomada de decisões por todos os segmentos da comunidade da escolar, e em especial, pela participação dos representantes de segmentos do Conselho Escolar.

Pais e alunos têm muito a contribuir com a construção de uma escola pública de melhor qualidade. Esta não é tarefa fácil, mas, com certeza, estaremos dando o primeiro passo na luta pela qualidade da educação (ANTUNES, 2002, p. 35)

Para Gadotti (2004, p. 66) é necessário que a escola democrática seja vivenciada no dia a dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar quanto é a presença de professores e alunos.

“É preciso que não desanimemos com as dificuldades. Elas não podem ser vistas como obstáculos intransponíveis, mas como desafio à nossa capacidade de reagir frente às situações adversas. Por isso, talvez o caminho mais promissor seja aquele iniciado a partir de situações concretas do cotidiano escolar” (ANTUNES, 2002, p. 36)

Entendemos, então, que a participação coletiva em decisões, deliberações, análise e alternativa de soluções, permitem aumentar a compreensão, o respeito e a construção de ações que atinjam o objetivo de preparar os educandos para a vida cotidiana.

De acordo com Gadotti (2004 p. 67) a participação exige aprendizado principalmente quando se trata de uma população – o que é nosso caso que historicamente tem sido alijada dos processos decisórios de seu país .

A GESTÃO DEMOCRÁTICA SOB A LUZ DA DIALÉTICA

A palavra democracia vem sendo utilizada, indiscriminadamente de forma demagógica, em muitas bocas sem a menor noção de seu significado. Da mesma forma, vem sendo utilizada a expressão “gestão democrática” por gestores demagogos. (aqueles diretores que se dizem democráticos em discursos de festa mas na escola são autoritários) É desta forma que se faz necessário submeter estas expressões a algumas reflexões dialéticas .

Democracia : a palavra democracia pressupõe um significado etimológico simples que é “governo do povo “, sendo “demo” = povo, “cracia”=governo (ou organização política) .

Olhando dessa forma simples e pratica é fácil concluir a necessidade de trazer o povo dos bairros para dentro da escola e explicar com paciência de educador, qual o caráter do estado (ou governo) que temos para a qualidade da educação que a escola oferece, ou dito de outra forma, “dialogar com o povo”. Esta é uma boa definição de dialética em qualquer dicionário, dialogar sobre a realidade concreta com o povo sobre a política educacional para o povo .

É oportuno afirmar ainda, que a proposta de gestão democrática continua a ser apenas uma proposta sem possibilidades de submetê-la à prática. Afirmo isso, por dirigir uma escola e não conseguir legitimar seus conceitos ao chão da escola.

Para praticar a gestão faz-se necessário minimamente que o conjunto dos trabalhadores de uma escola detenha o conceito de democracia e acreditem que seja possível construí-la. O segundo passo fundamental concretiza-se no envolvimento dos alunos e comunidade através de suas instâncias colegiadas. Ou

seja, a escola se educando e educando a comunidade a respeito da “gestão democrática”.

A PEDAGÓGIA HISTÓRICO CRÍTICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Tomemos o que Saviani discute sobre forma e conteúdo, socialização e produção do saber, saber versus consciência, ponto de partida versus ponto de chegada para fugirmos um pouco do uso indiscriminado das expressões gestão democrática.

Saviani (1992,página 78) A denominação pedagógica dos conteúdos, em que pese o fato de ser acrescida da especificação crítico social, tem dado margem à objeção de que a proposta centra-se nos conteúdos e secundariza as formas e os processos .

Pois, como diz Saviani (1992,página 81) a classe dominante providencia para que o trabalhador adquira algum tipo de saber, sem o que ele não poderia produzir ,se o trabalhador possui algum tipo de saber, ele é dono da força produtiva e no capitalismo os meios de produção são de propriedade privada .

E é este conceito pedagógico que persiste nas estruturas como um todo, tanto nas orientações como na consciência (e portanto a prática) da maioria de nós professores .

Isto fica expresso em frases que costuma falar e ouvir rotineiramente, tais como : “você precisa estudar para ser alguém na vida “ , precisa estudar para ter um bom emprego “ e é assim mesmo que educamos nossos alunos para produzirem de alguma forma com sua força de trabalho . Uma gestão jamais seria democrática se essa gestão não mostrar a contradição de classe no capitalismo, para a comunidade .

Esta discussão, prioriza a questão da socialização do saber, que é a função da escola ser socializadora, isto é, por em prática a gestão democrática, construí-la educando a comunidade, os segmentos representativos e todos os envolvidos no

processo educacional e esta educação pressupõe o estado como burguês capitalista .

O fato de falar na socialização de um saber supõe um saber existente, mas isso não significa que o saber existente seja estático, acabado . É um saber suscetível de transformação, mas sua própria transformação depende de alguma forma de domínio deste saber pelos agentes sociais . Saviani (1992, página 83)

A questão aqui é o saber sistematizado que expresse os interesses populares, que seja uma cultura que o povo domine, à questão é a igualdade, a participação

O povo precisa da escola para ter acesso ao saber erudito, ao saber sistematizado e, em conseqüência, para expressar de forma elaborada os conteúdos da cultura popular que correspondem aos seus interesses . Saviani (1992, página 84)

Neste sentido, pode se dizer, que a educação pode contribuir para a transformação da sociedade .

Educação esta que expressa direitos e deveres, que permite aos cidadãos o direito de participar da vida política e da vida pública, participando ativamente .

Entendendo que a educação é cidadania e então elemento para a democracia precisando assim capacitar para a participação, portanto, de suma importância a formação e entendendo que essa formação seja para lidar com a diversidade e conflitos de idéias, com as influências de cultura e com os sentimentos e as emoções presentes nas relações do individuo e com o mundo à sua volta .

Araújo (2004, página 15) “ A educação para a cidadania e para a vida em uma sociedade democrática solicita um trabalho visando à construção de personalidades morais, de cidadãos autônomos, que buscam de maneira consciente e virtuosa, a felicidade e o bem pessoal e o coletivo .

Esta prática, não é uma situação simples, tende a gerar conflitos, desacordos, oposição e estas serão as diferenças e as semelhanças que nos obrigarão a comparar, descobrir, compreender, agir, buscar alternativas e outros .

Araújo(2004, página 17) O educadores conscientes de tal fato, em vez de condenar e reprimir deveriam mudar as perspectivas de seus olhares e práticas e buscar compreender os conflitos como um conteúdo essencial para a formação

psicológica e social dos seres humanos, e encarar o desafio de introduzir o trabalho sistematizado com conflitos no dia a dia das salas de aula .

Então, para ressaltar a importância da construção coletiva da democracia deve buscar -se os momentos de diálogo e alicerçar -se num repertório de atitudes e comportamentos práticos que nos permitam sair dignamente de uma situação .

INSTÂNCIAS COLEGIADAS DANDO VOZ AOS SUJEITOS

Vejamos que esta não é uma situação simples, é um trabalho conflituoso, mas que pode ser visto como algo natural e positivo, promovendo assim democracia, o diálogo e a construção de valores éticos nas práticas educativas.

Segundo Araújo (2004, p. 27), introduzir o trabalho com assembleias em uma escola é um processo complexo, que pressupõe desejos políticos e pessoais de considerável envergadura, em virtude das mudanças que provoca em todos os âmbitos do cotidiano escolar.

Mesmo com os impasses e as diferenças é importante que abracemos esta causa, no sentido de transformar valores autoritários que estão arraigados em nossa cultura.

Nesse sentido, uma boa base de conhecimentos teóricos sobre os pressupostos das assembleias escolares, da resolução dos conflitos e do conhecimento de aspectos metodológicos que auxiliem na construção de práticas justas e democráticas podem contribuir para que as pessoas que compõem o coletivo escolar se envolvam nessa experiência.

Dar voz ao sujeito é poder ver e ouvir as pessoas, umas às outras enquanto dialogam, reconhecendo os princípios de igualdade, e da diferença dentro da igualdade, direito democrático da diferença, ou seja, a possibilidade de se pensar de maneira diferente e de ser diferente.

“As relações de dominação social e política que caracterizam uma sociedade de classes geram antagonismos e contradições, que constituem o germe de transformação social” (SOARES, 2000, p. 73).

Ao mesmo tempo em que a igualdade de direitos e deveres deve ser objetivada nas instituições sociais, não se deve perder de vista o direito e o respeito à diversidade, ao pensamento divergente (ARAÚJO, 2004, p. 12).

Esta participação ativa pode também, fazer da escola, uma escola com sujeitos conscientes de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e econômicas, permitindo conquistar a participação cultural e política e de reivindicação social pois nem sempre foi assim . As instancias colegiadas tentam, a passos lentos, participar das decisões da escola, ainda com muita insegurança, até por falta de conhecimento de seu papel na gestão da escola . E a própria escola tem se empenhado em se adequar a essa exigência de transformação de relações e praticas sociais, pedagógicas e administrativas, de maneira a adotar uma gestão que contemple a ampliação dos espaços de participação com os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar, porém ainda esta distante do ideal .

Muitas vezes é convocado a comunidade para repassar decisões que já foram previamente tomadas pela escola ou para divulgar ações pedagógicas, atitudes como essas são ditas como democráticas .

O conceito de democracia ainda esta em construção se faz necessário a capacitação de todos os segmentos escolares, pois participação exige aprendizado .

Até que ponto as instâncias colegiadas poderão ser transformadas em espaços privilegiados de uma gestão democrática

Não podemos dizer que o Estado tem se isentado totalmente das atividades de capacitação dos colegiados, mas as ações devem ser mais constantes, especialmente quanto ao acompanhamento dos resultados e à elaboração de políticas públicas destinadas à organização escolar democrática.

A escola também tem se empenhado em se adequar a essa nova exigência de transformação de suas relações e práticas sociais, pedagógicas e administrativas, de maneira a adotar uma forma de gestão que contemple a

ampliação dos espaços de participação e de diálogo com os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar.

Essa mudança de comportamento na administração escolar já é perceptível, ainda que distante do ideal. Percebe-se um esforço por parte dos dirigentes escolares em tornar visível o caráter democrático de sua gestão, mas, muitas vezes, o que se percebe é um conservadorismo camuflado. Isso pode até ocorrer de forma inconsciente, pois o conceito de democracia ainda não é unânime e está em construção. O ato de convocar a comunidade para repassar decisões que já foram previamente tomadas pela escola ou de reunir professores para divulgar ações pedagógicas que já foram articuladas pela equipe pedagógica não expressa exatamente a opção por uma gestão de caráter democrático, embora atitudes como essas sejam comuns em muitas escolas que se dizem democráticas.

A democracia deve ser um ato político dos interessados. O próprio Projeto Político-pedagógico, que pressupõe em si uma ação coletiva, nem sempre é tão coletivo quanto deveria. Geralmente é a equipe pedagógica a maior responsável por sua elaboração.

A participação dos pais limita-se muitas vezes ao preenchimento de questionários sócio-econômicos para simples composição da realidade da comunidade escolar. Os professores quase sempre são poupados por “não terem tempo” e, quando são envolvidos, quase sempre é para responder questões sobre a concepção de homem, sociedade e educação que se deseja, o que fazem sem muita convicção ou até mesmo convictos de que são apenas conceitos distanciados da prática.

Esse é justamente um dos pontos que angustiam os professores: não conseguir desenvolver na prática o que é estabelecido nas diretrizes. As instâncias colegiadas tentam, a passos lentos, participar das decisões da escola, mas ainda com muita insegurança, até mesmo por falta de conhecimento do seu papel na esfera da administração escolar .

Muitas vezes as reuniões acontecem por iniciativa da Direção, ou seja, faltam mobilização, autonomia e iniciativa dos colegiados. Essa falta de atitude e de ação

pode ser reflexo, como já mencionamos, da falta de conhecimento de seu poder e de seu campo de atuação. Apesar das dificuldades apontadas, devemos reconhecer que houve também um avanço qualitativo na atuação das instâncias.

O Conselho de classe é um dos colegiados que mais tem evoluído em sua forma de atuar, embora nem todas as escolas, alegando falta de preparo, incorporem a presença do aluno. Se a escola deve formar o cidadão crítico, autônomo, como, ao mesmo tempo, não tem conseguido “lidar” com a idéia de um conselho de classe com a participação do aluno? Algumas escolas realizam o pré-conselho com participação do aluno, ouvem seu ponto de vista, acolhem as sugestões que são posteriormente discutidas no Conselho com os professores.

Atualmente, o conselho deixou de priorizar a nota para tratar o aluno como sujeito da ação pedagógica, levando-o a discutir não somente suas dificuldades, mas também suas potencialidades e seus diversos saberes.

Portanto, os espaços de participação representados pelo Conselho de Classe, Conselho Escolar, APMF e o Grêmio Estudantil são ramificações importantíssimas para a gestão escolar democrática. Como democracia é sinônimo de diálogo, envolvimento e participação, os colegiados devem ser cada vez mais valorizados, incentivados e priorizados no interior das escolas.

Cada colegiado tem espaços de participação bem definidos nos documentos que o regularizam. Para entender melhor esses espaços e sua importância para a gestão escolar, abordaremos, o conceito e as principais atribuições de cada colegiado.

a) sobre o Conselho Escolar

É um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora. Ele dá pareceres referentes ao trabalho de organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, o Projeto Político-pedagógico e o Regimento Escola/Colégio, para o

cumprimento da função social e específica da escola (Estatuto do Conselho Escolar).

O Conselho Escolar é a instituição que coordena a gestão escolar, especialmente no que diz respeito ao estudo, planejamento e acompanhamento das principais ações no dia-a-dia da escola. É um espaço privilegiado para o exercício da vivência cidadã e apropriação de diferentes saberes que favorecem a democracia.

Em face do exposto, constata-se que o Conselho Escolar é o grande aliado da direção na gestão da escola. No entanto, para que essa parceria realize um trabalho de acordo com o esperado e satisfaça a comunidade, é preciso que haja sintonia entre os parceiros e abertura por parte da direção para ouvir e aceitar a voz do conselho. É fundamental que se estabeleça uma relação de respeito pela opinião de uns e outros, cumplicidade nas tomadas de decisão e, principalmente, que todos tenham objetivos comuns. A participação do conselho deve se dar de forma autônoma, espontânea e consciente.

Acreditamos que a capacitação seja o caminho para a participação mais consciente e cidadã desses representantes da comunidade.

b) sobre a APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários

A APMF, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do Estabelecimento de Ensino, que não tem caráter político-partidário, religioso, racial, nem fins lucrativos. Seus dirigentes e conselheiros não são remunerados, são constituídos por prazo indeterminado e devem obedecer ao objetivo de promover a integração escola-comunidade (Estatuto da APMF, 2003)

Atualmente, o espaço de participação da APMF é muito amplo. Além de “gerenciar” o financeiro da escola, tem como atribuições: acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar; estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, alunos professores, funcionários, assim como para a

comunidade, após análise do Conselho escolar; mobilizar a comunidade escolar, na perspectiva de sua organização enquanto órgão representativo, para que esta comunidade expresse suas expectativas e necessidades. (Estatuto da APMF, 2003).

c) sobre o Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil é o órgão de representação do corpo discente da escola. Ele deve representar a vontade coletiva dos estudantes e promover a ampliação da democracia, desenvolvendo a consciência crítica.

O Grêmio Estudantil, que não tem fins lucrativos, deve representar os estudantes, defender seus direitos, estreitar a comunicação dos alunos entre si e com a comunidade escolar, promovendo atividades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

Também é função do Grêmio realizar intercâmbio de caráter cultural e educacional com outras instituições. Assim, entendemos o Grêmio como um espaço privilegiado para empreender o espírito democrático e desenvolver a ética e a cidadania .

O Grêmio Estudantil e os demais colegiados deveriam fazer a diferença no interior das escolas, deveriam ter autonomia e espaços concretos de participação. Se isso não acontece, é preciso analisar as causas .

Conclusão:

Toda a discussão aqui elaborada, não produz outra orientação, que não a impossibilidade de praticar a democracia numa gestão escolar, uma vez que essa gestão estará sempre subordinada aquele que financia a escola pública, o estado .

O Estado brasileiro, não poderia ser diferente, é um estado capitalista, portanto voltado ao benefício do capital e não do trabalho, do trabalhador ou seja do “social “ dos setores sociais que frequentam a escola pública .

Seria mesmo contraditório o estado oferecer as possibilidades de nós educadores orientar as massas de pais e alunos, a exigir do próprio estado uma escola pública de qualidade . Qualidade esta que pressuporia antes de mais nada, um aumento substancial do percentual do PIB (produto interno bruto) para a educação e passando pela lista de reivindicações dos trabalhadores em educação .

Referências

VEIGA, Ilma Passos A.(org).**Projeto Político Pedagógico**.Uma construção possível.Campinas, SP:Papirus .1995-Coleção Magistério:formação e trabalho pedagógico).

AQUINO, Julio Groppa . **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas .São Paulo :Summus ,1998.

GADOTTI, Moacir e Romão, José E. (orgs) .**Autonomia da escola** :princípios e propostas . 6 ° ed. São Paulo :Cortez ;Instituto Paulo Freire, 2004.

ANTUNES, Ângela .**Aceita um conselho ?** Como organizar o colegiado escolar .2º ed. São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire, 2002.

PARO Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 3ª ed. São Paulo. Editora Ática, 2005.

Ética e cidadania : Construindo valores na escola e na sociedade / Secretaria de Educação Básica , Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação .-Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica,2007.

Lei Federal n º 7.398, de 04/11/85.

Brasil, Ministério da Educação . Secretária de Educação de Educação Básica . Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha de diretor /elaboração Ignez Pinto Navarro ... { et al. } . – Brasília : MEC, SEB, 2004.(Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 5 .

Estatuto da APMF

Estatuto do Conselho Escolar

SAVIANI , Dermeval. Pedagogia Histórico crítica – Primeiras aproximações .3ºed. São Paulo : Cortez : Autores associados – 1992.

ARAÚJO ,Ulisses F. Assembléia Escolar: um caminho para a resolução de conflitos .1º ed. São Paulo : Moderna , 2004.